

## INTERVENÇÃO DE ANA DRAGO

### DEPUTADA DO BLOCO DE ESQUERDA

QUERIA COMEÇAR POR SAUDAR TODOS OS que ao longo deste dia estiveram presentes nas diferentes sessões e nos vários debates. Saudar também muitos outros que, por uma ou outra razão, aqui gostariam de ter estado e não o puderam fazer. E, muito em particular, gostaria de saudar quem aqui hoje faz intervenções de encerramento dos nossos debates à esquerda – Maria do Rosário Gama e Manuel Alegre, que têm dado voz às lutas pela vontade de reganhar a capacidade de acção democrática da sociedade portuguesa.

Reunimo-nos hoje, aqui, homens e mulheres de esquerda, para confrontar o que são os problemas e os desafios dos serviços públicos e da democracia em Portugal.

Ao longo deste dia, aqui estivemos. Cada um de nós confrontando diagnósticos preocupantes que todos conhecemos, discutindo propostas de mudança, debatendo as diferenças que temos entre nós, mas também construindo pontos de vista em comum – fomos ganhando espaço e refazendo o que é a geografia do debate político à esquerda.

Sejamos claros – creio que hoje, quem aqui esteve veio em busca de uma nova política para o país. Quem aqui veio, quem esteve presente quer assumir a responsabilidade de confrontar os problemas que existem em dimensões centrais da nossa vida colectiva democrática. E por isso discutimos: educação, saúde, trabalho, território, economia. Sabemos que as dificuldades, os desafios que se colocam em cada um destes sectores da sociedade

portuguesa é nada menos do que uma dificuldade, um desafio que se coloca à democracia. E dizer que não nos conformamos em caminhar para uma democracia mais “aguada”, para um país espartilhado pela desigualdade e marcado ainda pela pobreza persistente, pela privatização dos bens públicos e pelo estreitamento do espaço público – não é lançar apenas um grito de alma. É muito mais do isso. É assumir um compromisso de mudança – e um compromisso que tem que ter consequências. Não pudemos, não queremos, não vamos aceitar viver assim. Até porque a crise actual que temos pela frente – e que percebemos já que é uma crise profunda, grave e que vai durar bastante tempo – coloca a todos nós a urgência de respostas.

Creio que a crise que temos pela frente deve ser olhada naquilo que é – ou seja, enquanto resultado de uma política que foi diligentemente aplicada durante décadas, mas deve também permitir-nos gizar respostas para o futuro. Muitos têm feito um diagnóstico sobre a crise financeira como se ela resultasse de alguns excessos, de algumas malfetorias de alguns agentes que actuavam no mercado. Creio que não corresponde à verdade. Esta não é uma virose criada por alguns excessos. A crise é antes o resultado de uma política que tem vindo a ser implementada durante décadas, em todo o espaço europeu.

A actual crise é o resultado de uma política que alienou o controlo democrático sobre os mercados; que tentou enclausurar a política em instituições fechadas para

que verdadeiramente a política não conte para nada; é o resultado de uma agenda neoliberal que aumentou, década após década, as desigualdades sociais; que foi rapinando os direitos sociais e os direitos laborais, uns atrás dos outros; que pretendeu sempre fragilizar a capacidade de representação democrática das organizações sindicais; que restringiu, pouco a pouco, o espaço da participação e da liberdade – uma política que trabalhou sempre para dividir, para fragmentar, para restringir o espaço político democrático. Hoje, aqui, quando fazemos um debate sobre as nossas diferenças mas também sobre o que partilhamos estamos a combater essa política.

Até porque os acontecimentos dos últimos dias na Grécia nos exigem presença e reflexão. Esses acontecimentos são provavelmente o sinal mais estridente da crise profunda que se vive em todo o espaço europeu. A revolta é o resultado dessa política. E esses acontecimentos questiona-nos até que ponto devemos ter orgulho do tão famoso modelo social europeu. Porque temos que perguntar até que ponto ele continua realmente a existir, e até que ponto ele continua a ser o pilar do contrato social na Europa.

As análises feitas sobre os últimos tumultos na Grécia, sobre uma juventude em luta nas ruas têm esta estranheza – a estranheza de parecer tão semelhantes às características que a juventude tem em Portugal, as características da nova geração que entrou para o mercado de trabalho. Temos, também nós em Portugal, uma geração de jovens trabalhadores, os mais qualificados

de sempre na história do país, confrontados com um mercado de trabalho onde o que eram as regras democráticas do direito do trabalho se tornaram subitamente nas exceções. É uma geração para quem a precariedade ameaça ser eterna e os salários baixos se vão perpetuando, ano após ano. É uma geração sem direitos quando entra na relação laboral, e sem perspectivas de melhoria. É uma geração sempre acossada pelo medo do desemprego, que é a nova forma de exclusão social. É a primeira geração desde o pós-guerra que sabe que vai viver pior do que viveram os seus pais. É uma geração sem esperança, e é esta ideia de ausência de esperança que é provavelmente o nome da crise societal que hoje vivemos.

É por isso que as escolhas políticas que fazemos têm toda a relevância. A recente legislação aprovada em Portugal – o Código do Trabalho – fez uma escolha. Apos-tou na continuação desta crise societal. Assume-a, aliás, como uma crise permanente quando aceita a precariedade no trabalho como a regra do jogo. Assume-a como uma crise permanente quando aceita que o desemprego é também a regra do jogo, e que veio para ficar. E é isso que é assustador – quando a lei é feita é, desde o início, sempre forte e autoritária com os fracos, e fraca perante os mais fortes.

Este tem sido, aliás, o mote da política portuguesa nos últimos anos. Soubemos, há dois dias, que o Ministério das Finanças se prepara para cobrar uma multa. Uma multa de 248 euros que vai perfazer, para o Ministério das Finanças, 50 milhões de euros. É uma multa sobre a declaração que deveria ser entregue pelos trabalhadores a recibos verdes – e uma declaração que apenas reproduz o que são declarações prestadas trimestralmente

por estes mesmos trabalhadores. Há algo de chocante na cobrança destes 248 euros. Chocante porque todos nós conhecemos a fragilidade da Autoridade para as Condições do Trabalho. Sabemos como foi massificado recurso ilegal aos recibos verdes em Portugal, e sabemos que são os mais jovens as vítimas desta ilegalidade. É chocante porque esta diligência burocrática do Ministério das Finanças contrasta com a sua política dos últimos tempos – todas as facilidades e todos os milhões que foram colocados à disposição da banca em nome do combate à crise, enquanto no combate aos recibos verdes, o governo falhou. E é chocante pela dualidade de critérios que instaura na prática política. É chocante pelas escolhas políticas que o governo fez.

Perante tudo isto, creio que os portugueses se questionam. Perante o desemprego, os baixos salários, a pobreza persistente, a degradação do Serviço Nacional de Saúde, o desinvestimento na educação – perante as escolhas políticas do governo, muitos portugueses se questionam porque terá sido a banca a única a ser capaz de dizer a palavra mágica e encontrar um tesouro escondido?

É aqui, creio, que a democracia vacila – perante a dualidade de critérios perante os mais fracos e os mais fortes, perante a falência das regras, perante o atropelar de direitos – que se instaura a dificuldade da credibilidade das políticas públicas. É daqui que nasce a crise de legitimidade da decisão política.

O estrangulamento da coisa pública vem acompanhado de um outro discurso, que é inaceitável. É o discurso de que a modernização do país só se pode fazer pela domesticação de sectores sociais – domesticar classes profissionais, domesticar as organizações so-

ciais representativas do trabalho e da sociedade civil, domesticar movimentos de cidadãos. É um discurso que pretende restringir a capacidade de activismo e de intervenção dos cidadãos. Um discurso que limita a nossa liberdade.

A luta dos professores, como dizia ainda agora Maria do Rosário Gama, conta essa história de forma absolutamente exemplar. Porque a luta pela dignidade que está a ser feita pelos professores é a luta pela dignidade da escola pública. Mostra como os serviços públicos são centrais na produção da condição democrática da sociedade em que vivemos. Sabemos que a estratégia do Ministério da Educação é nada menos que quebrar a espinha aos professores – é dividir a classe entre os professores de 1ª e os professores de 2ª; criar uma hierarquia dentro da escola para que todos obedeçam ao director; é produzir estatísticas “para inglês ver”; é anular a capacidade e organização democrática do projecto escolar. E isso, em parte, é matar a democracia. A escola é o sítio onde a democracia se torna substância – onde a igualdade de oportunidades é para todos e cada um. Quando se mata a democracia na escola, compromete-se o futuro dessa mesma democracia. É por isso que esta luta não pode parar. São estas lutas, creio, que não podemos falhar.

Queria terminar dizendo que, antes de aqui chegarmos, muito se especulou sobre o que poderia este fórum significar – que homens e mulheres de esquerda se reunissem para discutir os problemas do país, e para encontrar novas respostas democráticas para a crise económica e social que vivemos. Para todos aqueles que perderam a capacidade de se espantar; para todos aqueles que acham que a política se vai repetir a si mesma, sempre igual *ad nauseum*; para todos aqueles que acham

que apesar do aparente rebuliço da agenda mediática nada de fundamental pode mudar na política portuguesa – estes debates fora vistos como suspeitos, perigosos até. Creio que têm razão. Cada voz que não se subtrai ao espaço público, cada voz que assume a responsabilidade de estar presente e ajudar a criar mais democracia – é todo o projecto democrático e solidário que fica mais forte. E para todos os que se habituaram a um país de desigualdades e de palavras ditas baixinho a realização deste encontro é um perigo. Para nós é um capital de esperança.